

# • Constituinte

REDAÇÃO FINAL

## Relator acha que os direitos das mulheres foram muito ampliados

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), disse, em Belo Horizonte, que as decisões da nova Constituição vão exigir que a sociedade brasileira tenha uma nova postura em relação à mulher, destacando que foram feitas conquistas importantes no texto aprovado.

O relator, que participou da abertura do XIII Congresso Mundial da Federação Internacional das Mulheres de Carreira Jurídica, disse que, entre as inovações aprovadas, com relação à mulher é importante o artigo 11, das disposições transitórias, que proíbe "a dispensa da mulher gestante, desde a confirmação da gravidez, até cinco meses após o parto". Destacou, ainda, o art. 229 do capítulo VII, parágrafo 5º, que afirma serem os direitos e deveres da sociedade conjugal exercidos "igualmente pelo homem e pela mulher", acabando com a figura de o homem ser o chefe da família e o responsável por todas as decisões.

O deputado Bernardo Cabral explicou às advogadas, juízas de direito, promotoras, defensoras públicas e mulheres de carreira



Bernardo Cabral

jurídica em geral, do Brasil e do exterior, que a nova Constituição vai dar uma nova postura para a mulher "no mercado de trabalho, relações do casamento e igualdade no exercício do pátrio poder". O relator lembrou que o País terá agora de fazer mais de duzentas leis ordinárias e oitenta complementares, regulamentando a nova Constituição. Lembrou o caso do usucapião rural, outra conquista das mulheres, que poderão, a exemplo do homem, requerer a posse da terra após período de ocupação e trabalho.

## DIAP analisa constituintes candidatos às eleições

Em 829 votações realizadas nos dois turnos da Constituinte, o candidato do PL à prefeitura do Rio de Janeiro, deputado Alvaro Valle, teve o seu voto registrado pelo painel eletrônico 271 vezes. De acordo com levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), o deputado acompanhou os moderados na maioria das vezes em que votou.

Durante o debate promovido pela TV Globo, ontem, entre todos os candidatos à Prefeitura do Rio, Valle foi criticado pelos candidatos do PSDB, deputado Artur da Távola, e do PSB, Jó Rezende, que o acusaram de ter sido omissos em relação à Constituinte, relata a Agência Globo.

O DIAP realizou um trabalho de avaliação da conduta de todos os parlamentares nos dois turnos de votação. Para isso, selecionou dez votações em cada uma das etapas, todas relacionadas com os direitos sociais, com o objetivo de conhecer a tendência ideológica de cada constituinte. Nas dez votações do primeiro turno, Alvaro Valle compareceu a apenas duas e votou contra os interesses da classe trabalhadora, de acordo com o relatório do DIAP.

No segundo turno, votou a favor da jornada de seis horas para turnos de revezamento e da auto-aplicabilidade dos dispositivos trabalhistas aprovados. Nas demais votações dos temas selecionados pelo DIAP, esteve ausente.

## Comissão de Redação Final encontra "omissões" na Carta

por Itamar Garcez de Brasília

Três erros de omissão foram o principal saldo encontrado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e sua equipe na primeira revisão que fizeram no texto aprovado da nova Constituição. Segundo o deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), a isenção do pagamento do Imposto de Renda para o presidente da República, o vice e os ministros de Estado, a indefinição da posse dos bens do Distrito Federal e a exiguidade no prazo para segundo turno nas eleições presidenciais são os três pontos destacados.

Agora, apenas a Comissão de Redação Final, composta por dezessete constituintes de vários partidos, poderá corrigir essas omissões, mas para isso precisará obter consenso de todos os partidos, em documento assinado pelos líderes. O relator, o sub-relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), e os deputados Adolpho Oliveira (PL-RJ) e Konder Reis, que fazem parte da Comissão de Redação Final, deverão sugerir alterações nesses e em outros erros menores.

Ontem, os trabalhos dos quatro constituintes avançaram até ser concluída a primeira revisão do texto aprovado em segundo turno. Hoje, eles passarão à segunda revisão.

Segundo o texto aprovado no segundo turno, o presidente e o vice-presidente da República e os ministros de Estado ficarão isentos do pagamento de Imposto de Renda. Para evitar essa excepcionalidade, Cabral deverá sugerir à Comissão de Redação que remeta o artigo 50, inciso 8 (omisso), ao inciso 15 do artigo 38 do texto permanente, onde está determinada a irredutibilidade das remunerações dos servidores públicos.

No artigo 79, parágrafo 1º, os relatores querem

## As Constituições estaduais

por Itamar Garcez de Brasília

A maioria das Assembleias Estaduais Constituintes deverá ser instalada e começar seus trabalhos ainda neste ano. A previsão é do presidente da União Parlamentar Interestadual (UPI), deputado Luiz Alberto de Oliveira (PDS-PR), que esteve ontem reunido com vários presidentes de Assembleias Legislativas. Segundo Oliveira, as eleições municipais não serão empecilho para o início aos trabalhos ainda em 1988. "Isso é um desafio ao patriotismo", argumentou o pedessista.

Para ele, as Constituintes estaduais não serão apenas um ato burocrático, já que a Constituição que será promulgada no próximo dia 5 dará autonomia

aos estados para legislar em diversas matérias, antes de competência exclusiva da União, como direito tributário, direito social, direito eleitoral ou direito previdenciário. Além disso, os estados poderão dispor sobre questões regionais, como a proteção ambiental do Pantanal mato-grossense.

### PRAZO DE UM ANO

Neste ano, os constituintes estaduais deverão tratar, pelo menos, do Regimento Interno. Para isso, todos os estados poderão valer-se de um anteprojeto confeccionado a pedido da UPI, "que deverá ser moldado para cada estado". Além disso, a Constituição fixou nas Disposições Transitórias prazo de um ano para as novas leis estaduais, ou seja, dia 5 de outubro de 1989.

trocar "o presidente e o vice-presidente da República serão eleitos simultaneamente 90 dias antes do término do mandato presidencial" para "a eleição do presidente realizar-se-á simultaneamente 90 dias antes do término do mandato presidencial". Essa sugestão, se acatada pela comissão, garantirá a "logicidade" do texto, já que todas as eleições deverão ser em dois turnos, a partir de 1989. Isso significa que o presidente pode ser eleito em primeiro ou segundo turno.

Ainda no artigo 79, mas no parágrafo 4º, a equipe de Cabral quer acrescentar a palavra "legal" depois de "impedimento". O texto original diz que, no segundo turno, caso "um dos candidatos falecer, desistir de sua candidatura ou sofrer qualquer impedimento que o inabilite", serão convocados os remanescentes com maior votação.

No artigo 33, que trata do Distrito Federal, ficou omissa a destinação dos bens de poder público. Segundo Konder Reis, os relatores sugerirão à comissão

uma remissão ao artigo 26, do Capítulo dos Estados.

O parágrafo 1º do artigo 5º das Disposições Transitórias será acrescido de uma ressalva. O texto ficará assim, segundo sugestão dos relatores: "A primeira eleição para presidente da República após a promulgação da Constituição realizar-se-á no dia 15 de novembro de 1989, não se aplicando o disposto no artigo 16", do texto permanente, garantindo logicidade ao que foi aprovado. No artigo 21, que trata das competências da União, Konder Reis quer corrigir o inciso 12, acrescentando apenas "não previstos no inciso anterior". O artigo 26, das Disposições Transitórias, referindo-se à isonomia aos delegados de polícia de carreira será transformado em artigo 248, como querem os relatores.

Todas as mudanças, como frisou o deputado catarinense, terão de ser aprovadas pela Comissão de Redação. Como o regimento interno impede qualquer tipo de acréscimo ao texto aprovado no segundo tur-

no, apenas um amplo acordo de lideranças partidárias poderá garantir essas alterações, já que todos os partidos estão representados na comissão. Até agora, o texto tem 250 artigos permanentes e 71 disposições transitórias.

O cronograma para os próximos dias é o seguinte:

- Dia 8, entrega dos trabalhos do relator ao presidente, Ulysses Guimarães;
- Dia 9, distribuição dos avulsos aos membros da Comissão de Redação;
- Dias 13 e 14, reuniões da Comissão de Redação final;
- Dia 15, publicação e distribuição do texto da comissão aos constituintes;
- Dias 16 e 17, a comissão recebe as sugestões dos constituintes;
- Dias 18 e 19, a Comissão de Redação volta a se reunir;
- Dias 20 e 21, publicação final e distribuição dos avulsos;
- Dia 22, sessão final para aprovação global do texto;
- Dia 5 de outubro, promulgação.

## As dificuldades do TSE para aplicar o texto nas eleições deste ano

Com a promulgação da nova Constituição marcada para o dia 5 de outubro, poderá ser impossível para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cumprir até as eleições de novembro as novas determinações, como o aumento de 22 vereadores em cidades com mais de 5 milhões de habitantes, como Rio de Janeiro e São Paulo, segundo a Agência Globo. Um prazo mínimo para o novo calendário eleitoral, estimado pelo TSE, é de quarenta dias após a promulgação da Carta. Com isso, os novos candidatos a vereadores somente saberiam se poderiam concorrer ou não na véspera das eleições, dia 14 de novembro.

Para cumprir o novo texto, o TSE precisaria rea-

brir todos os prazos, já esgotados, estipulados pela legislação eleitoral (Lei nº 7.664). O calendário inclui novas convenções partidárias, que precisam ser convocadas com oito dias de antecedência pelo Diário Oficial; instruções baixadas pelos tribunais regionais eleitorais; prazos de 48 horas para os partidos registrarem seus novos candidatos; prazos para os juizes eleitorais decidirem sobre impugnações; recursos partidários aos TRE e ao TSE.

Somente após o vencimento destas etapas do calendário é que o TSE registra os candidatos definitivamente e elabora as cédulas eleitorais, o que só poderia ser feito no dia 14 de novembro.

## Resultado das votações é "progressista" para ministro

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, considerou ontem que está evidente que a nova Constituição brasileira é progressista, informou a Agência Globo. Mas não quis fazer uma avaliação mais profunda dos resultados da Constituinte. Brossard argumentou que, "o tempo, mais do que opiniões individuais, é que dirá do acerto da sabedoria das providências tomadas". Quanto ao nome do deputado Ulysses Guimarães para a presidência da República, que recebeu o apoio indireto do presidente José Sarney, o ministro limitou-se a comentar que se trata de uma candidatura que não é de hoje, que já está enraizada.

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, também comentou ontem o texto da nova Constituição brasileira, aprovada na semana passada. "De um modo geral, apresentou um resultado positivo", afirmou Aureliano, acrescentando que o documento "não é nem tão bom como se desejava e nem tão ruim como se pensa", segundo a Radiobrás.

"O final, para uma Carta Magna, é que seja menos analítica e mais sintética", continuou o ministro, destacando que, em sua opinião, "o texto aprovado é excessivamente analítico". Disse que muitos de seus artigos "poderiam constar de legislação ordinária".

**CALCULADORAS HP**

Revendador Autorizado  
**LAYOR** PBX 32-5141 34-8998

HEWLETT PACKARD

Show Room: R. Tabatinguera, 239 - Telex: (011) 38071